



Crise silenciosa: o crescimento dos transtornos mentais no Brasil

País lidera casos de ansiedade e afastamentos por transtornos mentais crescem entre bancários

www.bancariosfeira.com.br

A SAÚDE MENTAL tem se tornado uma preocupação crescente no Brasil. Dados recentes indicam que o país lidera o ranking mundial de transtornos de ansiedade, atingindo 9,3% da população, o que corresponde a cerca de 18 milhões de pessoas. A depressão também avançou de forma significativa, com um aumento de 25% nos casos de transtornos mentais após a pandemia de Covid-19, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

No ambiente de trabalho, os reflexos desse adoecimento são evidentes. Entre os bancários, os afastamentos por transtornos mentais cresceram 168% nos últimos dez



anos, passando de 5.411 casos em 2014 para 14.525 em 2024. Somente nesse ano, os transtornos mentais e comportamentais foram responsáveis por 55,9% dos afastamentos acidentários e previdenciários da categoria. A pressão constante por metas, as cobranças excessivas e a perda de sentido no trabalho ajudam a explicar esse cenário.

Mais da metade dos bancários relata sofrer pressão para vender produtos; 41% afirmam sentir desmotivação permanente e 28% dizem não enxergar propósito nas atividades que realizam diariamente.

Além disso, um em cada três trabalhadores recorre ao uso de medicamentos por motivos relacionados ao trabalho. Esse quadro se agrava diante do processo de encolhimento da rede bancária nacional, que leva ao acúmulo de funções, à insegurança quanto à manutenção do emprego e ao aumento da pressão por resultados em um ambiente cada vez mais competitivo e instável. Nesse contexto, campanhas de conscientização ganham ainda mais importância ao chamar a atenção para a necessidade de prevenção e cuidado contínuo com a saúde mental. A proposta é reforçar que o cuidado emocional deve fazer parte da rotina, diante do avanço da precarização dos ambientes de trabalho.

Bancários do Itaú aprovam novo ACT com ampla maioria



COM 97,22% dos votos válidos, funcionários do Itaú, associados ao Sindicato dos Bancários de Feira de Santana, aprovaram, nesta terça-feira (13/01), o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). O documento reúne um conjunto de normas que impactam diretamente as condições de trabalho, com

destaque para a regulamentação do teletrabalho. O acordo oficializa o regime remoto, estabelece critérios para a fiscalização da jornada e cria instrumentos para coibir abusos, incluindo canais específicos para que eventuais irregularidades sejam encaminhadas ao Sindicato. Também consolida o uso do ponto eletrônico alternativo, o banco de horas e os mecanismos de compensação, além de definir diretrizes de gestão ética no uso de tecnologias no ambiente de trabalho.

Entre os pontos de maior relevância está a criação da Mesa Bipartite, que assegura a participação do Sindicato em debates sobre reestruturações e fechamento de agências que possam afetar os trabalhadores. O ACT ainda institui um Programa de Acolhimento para empregados que retornam ao trabalho após afastamentos por motivos de saúde, com

previsão de redução de metas durante o período de reintegração. O acordo prevê reajuste de 5,22% no auxílio teletrabalho, que passa a ser de R\$ 115,14 mensais, e a renovação do programa de bolsas de estudo, que ofertará 5.500 bolsas para cursos de graduação e pós-graduação, com reajuste no valor do repasse. A bolsa corresponderá a 70% da mensalidade, limitada a R\$ 631,32 por mês.

Com a aprovação do ACT, o Itaú deverá divulgar nos próximos dias o cronograma de inscrições, análise e pagamento das bolsas, dando início à fase prática de implementação do acordo. A expectativa é de que o novo tratado fortaleça o papel dos trabalhadores e das entidades sindicais no acompanhamento e controle de decisões que impactam a produtividade e crescimento econômico.

Chapa 2 é eleita para o Conselho de Usuários do Saúde Caixa

OS MEMBROS da Chapa 2 – Movimento Pela Saúde serão os novos conselheiros e conselheiras dos usuários do Saúde Caixa. A previsão é a de que o novo Conselho assumirá as tarefas de representar as empregadas e empregados a partir de março para fornecer subsídios para o aperfeiçoamento da gestão do plano.

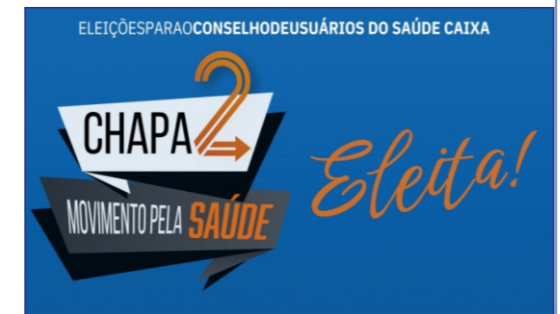
Além do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana, a Chapa 2 contou com apoio da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, Conrtaf, Fenae, Apcefs e grande parte do

movimento sindical bancário.

“Essa vitória não é só nossa — é de cada um que acreditou, apoiou, compartilhou e VOTOU. De cada colega que disse: ‘O plano é nosso e nós vamos defender!’ Fizemos uma campanha limpa, verdadeira e unida — do primeiro ao último dia. Com diálogo, propostas claras e respeito a quem sempre lutou pelo nosso plano”, disse a Chapa 2 em comunicado divulgado pela internet.

“Agora é trabalhar! Vamos para o Conselho com planejamento e propostas para

concretizar”, concluiu a Chapa 2 em seu comunicado.



O BANCÁRIO!

Ano 2026 - Edição: 002 19/01 a 23/01

Presidente: Eritan Machado

Fechamento de agências bancárias na Bahia se intensifica

Corte de agências, perda de empregos e exclusão bancária avançam no interior do estado

www.bancariosfeira.com.br

A BAHIA passa por um processo contínuo de redução da rede de agências bancárias. Em menos de dez anos, os bancos fecharam 339 unidades no estado. Entre 2016 e novembro de 2025, o número de agências caiu de 1.095 para 756, o que representa uma redução de quase um terço da rede existente.

O movimento faz parte da reestruturação adotada pelas grandes instituições financeiras, intensificada nos últimos anos, marcada pela digitalização dos serviços e pela busca de redução de custos operacionais. O fechamento de agências tem ocorrido principalmente em cidades do interior, onde muitas vezes havia apenas uma única unidade bancária.



Com isso, milhares de pessoas passaram a depender de deslocamentos longos para acessar serviços básicos, como saques, pagamentos e atendimento presencial para aposentadorias e benefícios sociais. Estima-se que cerca de 756 mil baianos tenham sido diretamente afetados pela diminuição do atendimento presencial, incluindo aproximadamente 279 mil moradores de

municípios que ficaram sem qualquer agência bancária. A ausência de bancos impacta diretamente o comércio local, dificulta a circulação de dinheiro e aumenta a dependência de correspondentes bancários, que geralmente oferecem serviços limitados e enfrentam filas frequentes. A redução da rede bancária também está associada à queda no número de trabalhadores do setor na Bahia

Esse processo não se restringe a uma única instituição. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander e Itaú vêm promovendo o fechamento de agências em todo o estado, inseridos em um movimento nacional de encolhimento da rede bancária. Em Feira, por exemplo, foram fechadas recentemente a agência do Itaú da Avenida Getúlio Vargas, a agência do Bradesco da Avenida João Durval e a agência da Caixa Econômica Federal da Avenida Fraga Maia, reduzindo ainda mais as opções de atendimento presencial para a população.

Selic prejudica desenvolvimento da economia brasileira

ESPECIALISTAS afirmam não haver necessidade de a taxa Selic permanecer em patamares tão elevados (15%) e alegam que os dados da economia brasileira reforçam tal entendimento. Os juros altos afetam diretamente famílias de baixa renda e empresas, ao encarecer o crédito, frear investimentos e dificultar a recuperação econômica, mesmo em um contexto de demanda por estímulos à atividade produtiva.

Pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostra que, de cada dez empresas industriais, oito enfrentam dificuldades para obter crédito, apontando os juros elevados como o principal obstáculo. Entre os empresários que tiveram problemas para acessar crédito de curto ou médio prazo, até cinco anos, 80% citaram o custo dos juros como o maior entrave, seguido pela exigência de garantias reais, como imóveis ou máquinas, mencionada por 32%, e pela falta de linhas de crédito adequadas, apontada por 17%.

As restrições atingem empresas de todos



os portes. Quase um terço das que buscaram crédito de longo prazo não obteve sucesso, enquanto cerca de 20% das que tentaram crédito de curto ou médio prazo também não conseguiram. No curto e médio prazo, 26% das empresas médias, 21% das pequenas e 16% das grandes não tiveram acesso ao crédito. No longo prazo, o índice sobe para 43% entre médias empresas, 37% entre

pequenas e 27% entre grandes. A sondagem ouviu 1.789 empresas industriais e reforça que a manutenção de juros elevados segue como um dos principais entraves ao financiamento e ao desenvolvimento da economia real. Juros mais altos não só restringem o crédito, mas também desestimulam investimentos essenciais para a produtividade e crescimento econômico.